



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE OURIÇANGAS



PREFEITURA
OURIÇANGAS
Governo que cuida da gente!

Secretaria de
Administração

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, NAS MODALIDADES POR FRETE E MENSAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIÇANGAS, CONFORME DESCRIÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.



SUMÁRIO

DADOS DO EDITAL	3
1. DO OBJETO	4
2. DA AMPLA CONCORRÊNCIA.....	4
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	4
4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS.....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA..	8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8. DOS RECURSOS.....	14
9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO.....	15
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	16
12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	17



DADOS DO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026-ADM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

CONTRATANTE:

Município de Ouricangas, por meio da Comissão de Contratação.

ÓRGÃOS DEMANDANTE:

Secretarias municipais de Administração, Saúde, Educação e Esporte, Ação Social, Infraestrutura, Serviços Públicos, Cultura e Turismo, e Gabinete do Prefeito.

DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA:

Início de acolhimento de propostas: dia 18/03/2026.

Recebimento de Propostas: até às 08h:00min do dia 07/04/2026.

Início da sessão de disputa de lances: às 09h:00min do dia 07/04/2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.licitanet.com.br

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, nas modalidades por frete e mensal, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Ouricangas, conforme descrições e condições constantes neste edital e demais anexos.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 5.046.877,20 (cinco milhões quarenta e seis mil setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado.

AMOSTRA:

Não será exigida amostra.

ME/EPP/EQUIPARADAS:

a) Para os Lotes (**Cota PRINCIPAL**): Somente empresas que atendam o presente edital;

b) Para os **lotes/itens (Cota Reservada)**: Somente as empresas enquadradas como ME /EPP/EQUIPARADAS;

c) Para o **lote (Lote exclusivo)**: Somente as empresas enquadradas como ME /EPP/EQUIPARADAS;

Não existem lotes/itens reservados e/ou exclusivos para as empresas enquadradas como ME/EPP/EQUIPARADAS.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

Não será exigida a implantação de programa de integridade.

EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:

- Nome do (a) Pregoeiro (a): Adilson Gomes Amaral

- E-mail: cplouricangas2017@gmail.com

- Telefones: 75 3447 2112

- Endereço: Praça Santo Antônio, s/nº, Centro, Ouricangas – Ba.

LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

- Lei Federal nº 14.133/2021;

- Lei Complementar Federal nº 123/2006;

- Lei Federal nº 147/2014;

- Decreto Municipal nº 023/2024; 072/2025 e 165/2025.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, NAS MODALIDADES POR FRETE E MENSAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIÇANGAS, nos termos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O valor previamente estimado da contratação da presente licitação está indicado no Termo de Referência Anexo I.

2. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.licitanet.com.br.

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.2. DAS VEDAÇÕES:

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- h) Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;
- i) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- j) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.4 deste Edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

3.3.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.4.1. É vedada a participação de cooperativas em licitações que envolvam terceirização de serviços, com subordinação, pessoalidade e habitualidade conforme os arts. 4º, inciso II, e 5º da Lei 12.690/2012, a Súmula



TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre a União e o Ministério Público do Trabalho, de 05/06/2003, e o art. 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008.

3.5. DA PARTICIPAÇÃO DE FUNDAÇÕES:

3.5.1. É vedada a participação de instituições sem fins lucrativos, conforme Acórdão nº 2847/2019 - TCU - Plenário.

4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado www.licitanet.com.br, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo telefone 75 3447-2118.

4.1.2. O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1. O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2.2. Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental (indicados no subitem 5.2 deste Edital) **necessariamente antes da data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Pregoeiro (a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

- a) Valores unitários e total por item, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;
- b) Devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o Pregoeiro considerará o prazo acima mencionado;
- c) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;
- d) Quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.

5.1.1. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. DOS DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS COM A PROPOSTA

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos lote a lote / item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para inserir a documentação de todos os lotes/itens com proposta:

I. Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. GARANTIA DA PROPOSTA

5.3.1. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

5.3.2. A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

5.3.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.3.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.3.5. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei 14.133/21.

5.3.6. A garantia do que se trata o item 5.3.1 deverá ser anexada juntamente com a proposta inicial, no sistema, sob pena de desclassificação caso a mesma não seja apresentada.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea “c”, deste Edital, e desclassificará sumariamente:

- a) as propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;
- b) as propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o pregoeiro ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

DOS LANCES

6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE.

6.8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior **ao último por ela ofertado** e registrado pelo sistema.

6.8.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.

6.8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.8.7. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

DO MODO DE DISPUTA



6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.9.1, o sistema abrirá oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 6.9.2, poderão as autoras dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.6. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

6.10. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

6.11. Retornando a conexão do Pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.13. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.14. Em relação ao LOTE não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

6.14.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.14.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

6.14.2. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:



a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 6.14 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

6.14.3. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

6.14.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

6.16. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

DA NEGOCIAÇÃO

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.17.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. A negociação de que trata o subitem 6.17 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

6.17.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

6.18. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, **no prazo de 02 (duas) horas**, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

6.18.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.18.2. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.



6.18.3. A proposta readequada da licitante deverá conter em anexo a planilha de custo unitário dos itens, juntamente com o memorial de cálculo no prazo estabelecido no item 6.18.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.19. Encerrada a etapa de negociação (subitem 6.17) e apresentada a proposta adequada (subitem 6.18), se for o caso, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

6.19.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

II - apresentarem preços inexequíveis;

III - permanecerem acima do valor estimado da contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - contiverem vícios insanáveis;

VI - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

VII - Apresentar preço final, global ou unitário, superior aos preços máximos fixados pelo município através da planilha de formação e composição de custos unitários (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

VIII - Deixar de apresentar a planilha de custo e memorial de cálculo solicitadas no subitem 6.18.3.

IX - Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

X - Se beneficiar das isenções do regime simplificado de tributação (Simples nacional), em razão do objeto envolver dedicação de mão de obra.

6.19.2. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 6.19.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I - a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V - a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

6.19.2.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 6.19.2 deste Edital.

6.19.3. No caso de apresentação de proposta inexequível (inciso IV do subitem 6.19.1), o Pregoeiro, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:



a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

6.19.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 6.19.2.1 e subitem 6.19.3, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.20.1. No LOTE não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.13.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

7.1.4. Caso o pregoeiro identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.2. Superada a consulta de que trata o subitem 7.1 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA**, via sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 13.2 deste Edital.

7.4. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões



constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Após finalizar o prazo da entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7.1. Para os fins previstos no subitem 7.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - Sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

7.7.2. O Pregoeiro poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens 7.7 e 7.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

7.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Compete ao Pregoeiro verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – A conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – A emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.



7.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 7.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

7.8.2. Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 7.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

7.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 7.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.14.

7.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.11. Após o encerramento da fase de habilitação, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens 7.4, 7.6 e 7.7 deste Edital, ficam disponibilizados no sistema para apreciação dos licitantes.

8. DOS RECURSOS

8.1. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 7.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

8.1.1. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 30 (três) minutos, em campo próprio do sistema.

8.1.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

8.2. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto nos subitens 6.24 e 7.12 deste Edital, **sob pena de preclusão**;

II – O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital);

III – A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única

8.3. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 8.1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer de que tratam os subitens 6.24 e 7.12 deste Edital.



8.3.1. Na hipótese de que trata o subitem 8.2, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

8.4. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

8.5. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

8.6. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

8.7. O recurso de que trata o subitem 8.1 deste Edital será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7.1. A autoridade competente poderá solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

8.7.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente solicite o auxílio de que trata o subitem 8.6.1.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro poderá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

9.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso



de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.6. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

10.8. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

10.9. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

10.10. A vigência dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar”

10.11. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

10.12. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As sanções são aquelas previstas no Termo de Referência.

Da Aplicação da Sanção

11.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa poderá, **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame,** impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 023/2024, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

12.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas **exclusivamente em campo próprio do sistema www.licitanet.com.br.**

12.3. Compete ao Pregoeiro receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

12.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



12.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

12.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

12.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

13.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e apresentado em formato legível.

13.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

13.2.2. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

13.2.3. Caso o Pregoeiro julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - mediante apresentação de original perante o Pregoeiro ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;

II – por meio de autenticação por cartório competente;

III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

13.3. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

13.3.1. No caso de documentação assinada por procurador, o participante deverá enviar a procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.



13.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na Praça Santo Antônio, s/nº, Centro, Ouriçangas-Ba, CEP: 48.150-000 ou pelo telefone (75) 3447 - 2118 em dias úteis no horário de 8:00 às 12:00 ou pelo e-mail: cplouricangas2017@gmail.com.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

13.9.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de Contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

13.10. Fica eleito o foro da cidade de IRARÁ, Estado da Bahia, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice I do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar.

13.11.2. ANEXO II – Minuta do Contrato;

13.11.4. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

13.11.5. ANEXO IV – Modelo de Declaração inexistência de parentesco;

13.11.6. ANEXO V – Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

13.11.7. ANEXO VI – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo;

13.11.8. ANEXO VII – Modelo de Declaração em relação ao trabalho aos menores de idade cumprimento do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

13.11.9. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.11.10. ANEXO IX – Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta;

13.11.10. ANEXO X – Modelo de Declaração de informações.

Ouriçangas, 17 de março de 2026.

RONIVALDO CERQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, nas modalidades por frete e mensal, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Ouriçangas, de acordo com as especificações, condições e quantitativos estabelecidos neste Termo.

2. DA JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

2.1. Justifica-se a presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município de Ouriçangas/BA, diante da insuficiência e inadequação da frota própria para atender às demandas operacionais e administrativas das diversas Secretarias Municipais.

Atualmente, o Município não dispõe de frota própria em quantidade e diversidade suficientes para atender, de forma contínua e eficiente, às necessidades de deslocamento inerentes às atividades institucionais da Administração Pública Municipal, o que compromete a execução regular dos serviços e o atendimento adequado à população.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos na modalidade mensal, garantindo a disponibilidade contínua de veículos para as atividades rotineiras das Secretarias Municipais, bem como a locação de veículos por frete com motorista, destinada ao atendimento de demandas específicas e eventuais que exigem transporte sob demanda.

A adoção conjunta dessas modalidades assegura flexibilidade operacional, continuidade dos serviços essenciais e maior capacidade de resposta da Administração Pública, além de evitar investimentos elevados na aquisição de frota própria e reduzir custos permanentes com manutenção, seguros, licenciamento, depreciação e encargos operacionais, transferindo à contratada a responsabilidade pela disponibilização dos veículos adequados, manutenção preventiva e corretiva e demais despesas inerentes à execução dos serviços.

Ressalta-se que a insuficiência da frota municipal impacta diretamente a eficiência administrativa, podendo ocasionar atrasos ou impossibilidade na execução de atividades essenciais. Assim, a contratação proposta apresenta-se como solução estratégica, economicamente vantajosa e alinhada ao interesse público.

Dessa forma, a contratação dos serviços de disponibilização de veículos configura-se como medida necessária, eficiente e compatível com os princípios da economicidade, continuidade do serviço público e boa gestão dos recursos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando a adequada prestação dos serviços à população do Município de Ouriçangas/BA.

2.2. BASE LEGAL:

2.2.1. O Pregão é definido pela Lei nº 14.133/2021, nos incisos XIII e XLI do artigo 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, que podem ser objetivamente definidos no edital, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

(...)



XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Especificamente para o caso em tela, os bens a serem contratados objeto deste Termo é um serviço comum, sendo obrigatório o emprego da modalidade eletrônico.

2.4. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NA LC Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006:

2.4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na documentação, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da declaração do proponente vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. Será assegurado, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública do Município de Ouriçangas/Ba.

Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

- () Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item/lote (participação exclusiva para ME/EPP).
- (x) Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item/lote (ampla participação).
- () Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).
- () Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

2.5. DO USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.5.1. O objeto a ser contratado possui características comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Assim, enquadra-se como bem comum.

Ademais, a formação da Ata de Registro de Preços permitirá além de redução de custos, uma projeção de prestação de serviços para um período de 12 (doze) meses, podendo ultrapassar de um exercício para o outro, sem o comprometimento orçamentário em sua totalidade, permitindo a aquisição somente dos produtos que se fizerem necessários ou o gerenciamento de sazonalidades de atendimento. Em que pese a existência de um histórico de utilização dos materiais, não é possível determinar em que quantidade serão utilizados, tampouco, o período exato em que serão necessários.

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades desta Administração Pública nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema.

A utilização do Sistema de Registro de Preços é adequada em situações em que a demanda é incerta, seja em relação a sua ocorrência, seja no que concerne à quantidade de bens a ser demandado.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS



LOTE I – VEICULOS POR FRETE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
1	Veículo do tipo Popular 1.0, 4 portas, com capacidade para 05 pessoas, combustível gasolina/álcool, direção hidráulica/elétrica, ar condicionado, quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Denatran. Ano de fabricação 2014 a 2026. Com condutor e combustível.	Km	26.470	R\$ 5,30	R\$ 140.291,00
2	Veículo Caminhão, com Baú, 02 eixos, com capacidade para no mínimo 06 (seis) toneladas, ar condicionado, quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Denatran. Ano de fabricação 2014 a 2023. Com condutor e combustível.	Km	720	R\$ 9,51	R\$ 6.847,20
3	Veículo tipo micro-ônibus com capacidade para 30 passageiros, equipado com ar condicionado, motor no mínimo 3.8/150cv com acessibilidade a todos os passageiros, principalmente idosos e aqueles com deficiências físicas, capacidade de carga em operação mínima de 2500n. com espaço para acomodar cadeiras de rodas. Em perfeito estado de funcionamento e conservação, seguro total. Quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Detran. Ano de fabricação 2020 a 2025. Com condutor e combustível.	Km	2.000	R\$ 18,50	R\$ 37.000,00
4	Veículo do tipo Van, com ar-condicionado capacidade mínima de 16 lugares, em perfeito estado de funcionamento e conservação, seguro total. Equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Detran. Ano de fabricação 2020 a 2025. Com condutor e combustível.	Km	4.610	R\$ 9,96	R\$ 45.915,60
5	Veículo do tipo Ônibus de Turismo, combustível óleo diesel, ano de fabricação 2000 a 2020, com capacidade igual ou superior a 50 lugares, com ar condicionado e banheiro em perfeito estado de funcionamento e conservação. Com condutor e combustível.	Km	2.305	R\$ 21,63	R\$ 49.857,15
6	Veículo do tipo Motocicleta, em perfeito estado de funcionamento e conservação, quilometragem livre, 150 a 160 cilindrada. Ano de fabricação 2014 a 2024. Com condutor e combustível.	Km	450	R\$ 6,12	R\$ 2.754,00
7	Veículos do tipo caminhão guincho, em perfeito estado de funcionamento e conservação, quilometragem livre, para remoção da frota de veículos do município, com operador e combustível.	Km	2.000	R\$ 11,63	R\$ 23.260,00
Valor Total Estima (mês)					R\$ 305.924,95
Valor Total Estimado para 12 (doze) meses: R\$ 3.671.099,40 (três milhões seiscentos e setenta e um mil noventa e nove reais e quarenta centavos).					



LOTE II – VEICULOS MENSAL

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
1	Locação de veículo utilitário tipo suv, motor mín 1.4, potência mín de 98cv, capacidade para 5 pessoas, gasolina e/ou álcool, ar condicionado, direção elétrica ou hidráulica, acessórios de segurança obrigatórios, tração 4x2. sem motorista. ano a partir de 2021.	UND/ MÊS	1	R\$ 8.294,60	R\$ 8.294,60
2	Caminhão com capacidade de 4.000 kg, 4x2, duas portas laterais, carroceria de madeira, capacidade para 3 pessoas, motor diesel, câmbio manual, direção hidráulica. com motorista.	UND/ MÊS	1	R\$ 9.666,66	R\$ 9.666,66
3	Locação de veículo do tipo hatch, motor mín 1.0, potência mín 68 cv, 4 portas, capacidade para 5 pessoas, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado, acessórios de segurança obrigatórios, sem motorista. ano a partir de 2022.	UND/ MÊS	6	R\$ 5.444,83	R\$ 32.668,98
4	Locação de veículo do tipo sedan, motor mín 1.6, capacidade para 5 pessoas, ar condicionado, direção elétrica ou hidráulica, acessórios de segurança obrigatórios, com motorista. ano a partir de 2020.	UND/ MÊS	1	R\$ 7.796,67	R\$ 7.796,67
5	Locação de veículo do tipo pick up utilitário, com carroceria, 2 portas, capacidade para 2 passageiros, motor mín. 1.6, gasolina e/ou álcool, direção elétrica ou hidráulica, capacidade carga útil mín 600kg, acessórios de segurança obrigatórios. sem motorista. ano a partir de 2020.	UND/ MÊS	4	R\$ 5.533,17	R\$ 22.132,68
6	Locação veículo tipo minivan, capacidade para 7 passageiros, equipado com ar condicionado motor no mínimo 1.8/120cv, porta-malas mínimo: 650 litros (com todos os bancos em uso), com os acessórios de segurança obrigatórios. com motorista. ano a partir de 2020.	UND/ MÊS	1	R\$ 8.418,66	R\$ 8.418,66
7	Locação de veículo do tipo van, com motorista, capacidade para 15 passageiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, vidros e travas elétricas, acessórios obrigatórios. ano a partir de 2020.	UND/ MÊS	1	R\$ 18.310,56	R\$ 18.310,56
9	Locação de motocicleta, mín 150 cc, gasolina e/ou álcool, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Ano de fabricação a partir de 2020.	UND/ MÊS	2	R\$ 3.679,67	R\$ 7.359,34
Valor Total Estima (mês)					R\$ 114.648,15
Valor Total Estimado para 12 (doze) meses: 1.375.777,80 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).					

3.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.046.877,20 (cinco milhões quarenta e seis mil setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).**

3.2. Os valores unitários estimados foram apurados mediante realização de pesquisas ampla de preços nos termos do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 023/2024 e na IN 65/2021.

3.3. O preço proposto deverá contemplar todos os encargos e despesas como: obrigações sociais, impostos, taxas,

frete, com declaração expressa na proposta de preços.

3.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

3.5. A divulgação da estimativa dos preços referenciais neste Termo de Referência é medida que visa garantir a ampla transparência e segurança jurídica do processo licitatório.

3.6. Em especial, justifica-se a publicização do valor estimado tendo em vista a exigência de garantia de proposta, fixada em 1% do valor estimado da contratação, conforme autorizado pela legislação vigente. A apresentação do orçamento estimado permite que todos os licitantes tenham pleno conhecimento do parâmetro oficial a ser utilizado para o cálculo da garantia, evitando dúvidas quanto ao montante devido e assegurando isonomia de condições entre os participantes.

3.7. Além disso, o acesso ao preço referencial contribui para a elaboração de propostas mais adequadas à realidade do mercado, ao mesmo tempo em que diminui riscos de impugnações e questionamentos quanto à regularidade do edital, haja vista que a garantia de proposta está diretamente vinculada ao valor estimado pela Administração.

3.8. Assim, a divulgação do orçamento estimado no presente tópico atende ao princípio da publicidade, promove a igualdade de oportunidades entre os licitantes e fortalece a credibilidade e a transparência de todo o procedimento licitatório.

3.9. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

3.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.11. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois, como pode ser visto na sua descrição, os padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, ou seja, figura como objeto amplamente disponível no mercado, cuja variações de qualidade não se revelam significativas.

3.12. Os veículos deverão ser entregues de acordo com a solicitação, devendo estar em perfeitas condições de uso e segurança.

3.13. Em caso de eventuais trocas, o município informará com prazo mínimo de 3 (três) dias de antecedência para a contratada a necessidade e justificativa.

3.14. A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.15. O objeto em questão configura-se como contínuo, conforme definido pelo art. 6º, inciso XV, da Lei nº



14.133/21, uma vez que visa assegurar a manutenção de atividade essencial, cuja natureza se caracteriza por uma necessidade permanente e imprescindível aos usuários dos serviços prestados pela Administração. A continuidade dos serviços é, portanto, fundamental para o adequado atendimento e a regularidade das atividades institucionais, atendendo aos princípios de eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos.

3.11. MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO:

3.11.1. O método para obtenção do preço estimado eleito para o presente casuísmo foi a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, aferido a partir de conjunto de três preços colhidos diretamente com o mercado e banco de preços, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

De acordo com a literatura técnica, um coeficiente de variação menor ou igual a 25% indica uma amostra de preços homogêneo e aceitável, diferentemente do que se verifica quando o coeficiente supera os 25%, porquanto indica uma alta dispersão dos valores coletados.

É que, com efeito, para um coeficiente de variação menor do que 25%, adota-se a medida dos valores obtidos como valor de referência para o item, ao passo que, para um coeficiente acima dos 25%, utiliza-se a mediana por ser menos influenciada por valores discrepantes.

Diante disto, como demonstrado no mapa de preços encartado ao caderno processual condutor da contratação em vértice, o coeficiente de variação dos preços coletados recomenda a utilização da média como referencial ideal.

3.12. DO PARCELAMENTO DO OBJETO:

3.12.1. Consoante o disposto no inciso VIII do art. 18 da Lei nº 14.133/21, a Administração Pública deve, sempre que técnica e economicamente viável, parcelar o objeto da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade, otimizar a aplicação dos recursos públicos e possibilitar melhor aproveitamento das alternativas existentes no mercado, sem prejuízo da economia de escala.

No presente caso, optou-se pelo parcelamento do objeto em 02 (dois) lotes, em razão das diferentes modalidades de contratação pretendidas, quais sejam:

Lote 01: Locação de veículos por frete;

Lote 02: Locação de veículos mensal.

Tal divisão mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, uma vez que cada lote agrupa serviços de natureza semelhante, com características operacionais próprias, possibilitando maior especialização dos fornecedores, melhor gestão contratual e maior clareza na execução e fiscalização dos serviços.

O parcelamento em dois lotes não compromete a economia de escala, pois cada lote, individualmente considerado, mantém volume suficiente para atrair empresas do ramo e permitir a obtenção de preços competitivos. Ao mesmo tempo, amplia-se a participação de licitantes, uma vez que empresas que atuam apenas em uma das modalidades poderão concorrer especificamente ao lote correspondente à sua especialidade.

Além disso, a divisão do objeto em dois lotes contribui para a eficiência administrativa, pois facilita o controle da execução contratual, a fiscalização dos serviços prestados e a gestão das obrigações específicas de cada modalidade de locação, reduzindo riscos operacionais e evitando a concentração excessiva de responsabilidades em um único contrato para serviços de naturezas distintas.

Sob o aspecto técnico, o parcelamento assegura maior padronização dentro de cada lote e evita incompatibilidades na execução, uma vez que cada contratado ficará responsável por um conjunto homogêneo de serviços. Isso favorece a qualidade da prestação, a celeridade na solução de eventuais inconformidades e a continuidade do atendimento às demandas da Administração.



Dessa forma, a contratação por meio de 02 (dois) lotes revela-se a solução mais adequada sob os prismas técnico, econômico e administrativo, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e vantajosidade, sem qualquer afronta à legislação vigente. Ao contrário, tal estrutura reforça o planejamento estratégico da contratação e assegura melhores condições para a consecução do interesse público.

3.13. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ELEITO:

3.13.1. A definição dos quantitativos que compõem a presente contratação decorreu de criteriosa análise do histórico de consumo dos exercícios anteriores, aliada à projeção das necessidades operacionais previstas para o exercício vigente. Tal metodologia visa conferir racionalidade, economicidade e proporcionalidade à contratação, evitando tanto a insuficiência na prestação dos serviços quanto o superdimensionamento injustificado de recursos públicos.

Para tanto, foram analisadas as informações constantes nos registros administrativos da Administração Pública Municipal, considerando as demandas comuns e específicas das diversas secretarias, a saber: Ação Social, Infraestrutura, Serviços Públicos, Administração, Saúde, Educação, Cultura e Turismo, bem como a Secretaria de Governo.

Os quantitativos destinados à locação foram definidos com base na necessidade de garantir a adequada operacionalização das atividades administrativas e finalísticas, abrangendo serviços de manutenção, preservação, locomoção e demais ações essenciais ao regular funcionamento da Administração Pública.

Dessa forma, estabeleceu-se um quantitativo compatível com a demanda real do Município, devidamente discriminado em planilha própria constante neste Termo de Referência, assegurando o atendimento eficiente das necessidades institucionais, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade aplicáveis à contratação, os requisitos da contratação encontram-se detalhados neste instrumento, devendo ser integralmente atendidos pela empresa contratada.

4.2. É imperiosa, ainda, a apresentação de toda a documentação exigida no item referente à Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor, constante deste Termo de Referência, como condição indispensável para a habilitação e contratação.

4.3. Os requisitos para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, nas modalidades por frete e mensal, visam garantir a adequada execução dos serviços, a segurança, a regularidade da frota e o atendimento pleno às demandas da Prefeitura Municipal de Ouriçangas.

4.4. Em relação a contratação compreenderá as modalidades por frete e mensal, observando-se que:

a) Na locação por frete, com fornecimento de motorista, todos os custos operacionais serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, incluindo motorista, encargos trabalhistas, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, seguros, tributos, taxas e demais despesas, não gerando qualquer ônus adicional para a contratante;

b) Na locação mensal, sem fornecimento de motorista, a empresa contratada deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, devidamente registrados, licenciados e com manutenção em dia, permanecendo sob sua responsabilidade todas as despesas relativas à manutenção, seguros, documentação, tributos e demais encargos, cabendo à contratante exclusivamente o custeio do combustível utilizado.

5. ESPECIFICAÇÕES, ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



5.1. Considerando as características do objeto a ser licitado e a contratação por lote, a formação dos lotes visa à obtenção de economia de escala, bem como maior eficiência na gestão contratual e operacional, uma vez que os itens que os compõem são semelhantes entre si e usualmente fornecidos de forma integral pelas empresas do ramo, não havendo, portanto, prejuízo à competitividade do certame.

5.2. As disposições deste item aplicam-se tanto aos veículos contratados na modalidade mensal quanto aos veículos contratados na modalidade por frete (diária), exceto quando houver previsão expressa em sentido diverso, especialmente quanto à responsabilidade pelo combustível e fornecimento de motorista.

a) Para os veículos contratados na modalidade mensal, as despesas com combustível serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE. Para os veículos contratados na modalidade por frete (diária), o combustível já estará incluso no valor contratado, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

b) As despesas com mão de obra (inclusive encargos sociais e trabalhistas) será por conta do (a) contratado (a).

c) As despesas com manutenção e seguro (inclusive franquias) será por conta do (a) contratado (a).

d) Todos os veículos devem ser apresentados em excelente estado de conservação, com manutenção preventiva e corretiva em dia, com as trocas de óleos funcionais feitas nos últimos quilômetros percorridos. Equipado com todos os equipamentos necessários para a realização de serviços, sob pena de não aceitação e devolução do mesmo.

e) Todos os veículos deverão estar à disposição do município, para atendimento, conforme demanda de todas as secretarias do município, após solicitação, no prazo estipulado no termo de referência todos os dias da semana, inclusive os feriados.

f) A padronização em favor da cor dos veículos não se faz necessária, porém a plotagem será necessária com adesivos laterais medindo especificadamente 41x25cm colocados nas portas dianteiras é necessário para identificação de que os veículos estão a favor e a disposição do município para prestação de serviços.

g) Os quantitativos para locação, pautou-se na necessidade que demanda para administração pública opere seus serviços de manutenção, preservação, locomoção e entre outras, foi necessário estabelecer um quantitativo que se encontra em Planilha no Termo de Referência.

h) Considerou-se que parte da demanda do Município será atendida por veículos em regime mensal, utilizados de forma contínua, e outra parte por veículos em regime de frete (diária), destinados a demandas pontuais, esporádicas ou de curta duração, justificando a coexistência de ambas as modalidades no mesmo certame.

Parágrafo único. Na modalidade mensal, o combustível será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ouriçangas. Na modalidade por frete (diária), estão inclusos no valor contratado o combustível e o motorista.

i) Os motoristas deverão estar à disposição do município pelo o período integral, sendo que os mesmos deverão estar no local onde será prestado os serviços. Todos deverão possuir fardamento adequado para o serviço.

j) Os veículos serão recolhidos e comportados em espaço público (garagem ou pátio) determinado pelo o município, com estrutura suficiente que comportará todos os veículos solicitados.

k) É notável afirmar, que para atender as necessidades da prefeitura, secretarias e fundos municipais do município é necessário e essencial, contínuo e ininterrupto os serviços de locação de veículos, não podendo, portanto, sofrer descontinuidade. A contratação por meio de locação se torna mais vantajosa para a Administração Pública pelo fator econômico, já que a empresa vencedora do certame disponibilizará veículos 24 horas, ficando ainda responsável pela manutenção e substituição deste, quando necessário. Tendo em vista que esta municipalidade não dispõe de uma frota própria suficiente para suprir a demanda necessária.

l) O serviço será feito em até 05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço.



- m) Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas de forma antecipada para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- n) O recebimento provisório será realizado pelo fiscal de contrato designado por cada secretaria, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- o) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- p) A contratada responsabilizar-se-á pelo socorro mecânico com guincho, bem como pela manutenção preventiva e corretiva, bem como pela reposição de peças e pneus, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva é aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do Objeto deste Termo de Referência;
- q) O veículo permanecerá à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, mesmo não estando a serviço;
- r) O veículo ficará na garagem central do Município de Ouriçangas/Ba;
- s) Em casos de serviços de manutenção e/ou conserto do veículo, que ultrapassar 24 horas, deverá a contratada fornecer veículo reserva no prazo máximo de 1 (um) dia;
- t) Toda manutenção do veículo será por conta da contratada (avarias, mecânica e outras);
- u) O veículo deverá estar protegido por seguro, com cobertura total para os casos de furto, roubo, incêndio ou colisão, sem participação do município. A cobertura deverá assegurar o conserto de danos materiais do veículo alugado e, ainda, danos materiais causados a terceiros e deverá ser apresentado na assinatura do contrato com os documentos do veículo em nome da contratada;
- v) Em caso de uso de seguro a franquia será por conta da contratada;
- w) O veículo deve estar de acordo com as especificações, com a devida manutenção, e em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza, com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e/ou pela legislação que o rege.
- x) É de responsabilidade da contratada, arcar com as despesas decorrentes da utilização do veículo, como troca de óleo, revisão e reparos mecânicos necessários à sua manutenção, bem como com todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento;
- y) Cabe à contratada, manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos;
- z) O quantitativo do objeto da presente licitação é estimado, não vinculando a administração ao pagamento total mensal e sim ao pagamento do que foi utilizado no mês de aferição e atesto.
- aa) Os veículos devem possuir toda a documentação necessária conforme legislação vigente, para seu perfeito uso.

5.3. É permitida a subcontratação parcial do contrato desde que seja emitida autorização prévia da



contratante.

5.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.6. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período do contrato.

6.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais



penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de cada Secretaria demandante, designado(a) através da Portaria Municipal nº 071/2025, em anexo, a qual fará a verificação da conformidade do serviço prestado com as especificações constantes do Termo de contrato, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. Os gestores e fiscais designados por Secretaria, conforme a Decreto nº 071/2025, são os seguintes:

Secretarias	Gestor do Contrato	Fiscal de Contrato
Administração	Kaylanne Ferreira Dias	Vitória Lhourana da Silva Ferreira
Infraestrutura	Vanessa Santos Barbosa	Gleciane Menezes Fernandes
Educação	Jilda Martins Barreto	Claudia de Carvalho dos Santos
Agricultura	Marli de Lima de Jesus	Elton Santos Pinto
Ação Social	Jacquemario Silva Bonfim	Franciele Gomes Ribeiro
Saúde	Gilmar Araújo	Demide Alves Pinto

7.2.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



8.1. DO RECEBIMENTO:

8.1.2 Os serviços de locação de veículos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua disponibilização para uso, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.3. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.9. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: Até 05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;
- b) Os serviços serão executados de acordo com a necessidade da administração de serviço;
- c) Os serviços serão executados de acordo com a necessidade da administração municipal, devendo o contratado obedecer a todas as regras impostas neste termo de referência e no instrumento contratual.
- d) Os veículos serão entregues na sede do Município de Ouriçangas/Ba, a depender da solicitação da unidade requisitante, em dias e horários comerciais.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Os veículos serão entregues na sede do Município de Ouriçangas/Ba, a depender da solicitação da unidade requisitante, em dias e horários comerciais.

8.2.2. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.3.1. o prazo de validade;
- 8.2.3.2. a data da emissão;
- 8.2.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.3.5. o valor a pagar; e

8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria da Administração, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.6. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.7 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.3. Prazo de pagamento:

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I =$

$(6 / 100) I = 0,00016438$



= Percentual da taxa anual = 6%

8.4. Forma de pagamento:

8.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

8.4.3.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

8.4.3.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

8.4.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Antecipação de Pagamento

8.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento seja parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

8.6. Cessão de Crédito

8.6.1. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SE-GES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, por tratar-se de regulação adstrita ao Governo Federal, em seu âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.6.2. A cessão fiduciária de direitos creditícios apenas poderá ser utilizada pela empresa contratada, quando houver regulamentação própria no âmbito desta Administração, às quais estarão reguladas por suas instruções normativas.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;



9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

9.8. O reajuste será realizado por Apostilamento.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DO CONTRATANTE:

10.1.1. A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as disposições insertas no termo de referência, cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos itens adquiridos, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

10.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.1.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

10.1.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.1.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.1.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento das aquisições objeto do contrato;



10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial desta instituição para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.1.9. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas.

10.1.10. Decidir sobre eventuais alterações necessárias acerca da contratação, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto.

10.1.11. Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do objeto.

10.2. DA CONTRATADA:

10.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, se houver seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, se houver, e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações que houver, como, por exemplo, da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.2.3. O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10(dez) dias o produto com avarias ou defeitos;

10.2.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

10.2.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

10.2.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;

10.2.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.2.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

10.2.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2.13. Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte do Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;



10.2.14. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a fatura relativa ao serviço/fornecimento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.2.16. Cumprir as exigências das autoridades públicas;

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR/FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pela MENOR PREÇO.

11.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa prestadora/fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do Prestador a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de aquisição similares, dentre outros.

11.6. A Contratada será convocada para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.7. É dever da Contratada manter atualizada a respectiva documentação de habilitação ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9. Se a Contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o prestador/fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



11.10. Serão aceitos registros de CNPJ de prestador/fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.11. Para fins de contratação, deverá o prestador/fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.11.1. Habilitação jurídica:

11.11.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.11.3. Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.11.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.11.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.11.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.11.7. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

11.11.8. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

11.11.9. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo nos termos da legislação correspondente;

11.11.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.12. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.12.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.12.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.12.3. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

11.12.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.12.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.12.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.12.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.12.8. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.12.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.12.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.13. Habilitação Econômico-Financeira:

11.13.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.13.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis de Resultados dos dois últimos Exercícios Sociais exigível, apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta comercial ou órgão equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa atualizada por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, constando Termo de Abertura e Encerramento (acompanhado de certidão de regularidade emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado da sede do profissional contábil que assina o balanço).

11.13.3. Os documentos referidos no item 10.13.2, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.13.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.13.4.1. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

11.13.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Passivo Circulante

11.13.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.14. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram



estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

11.15. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão de desempenho técnico, por meio da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já prestou ou esteja prestando, de maneira satisfatória e a contento, serviços de locação de veículos, nas modalidades mensal e/ou por frete, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão ou empresa emitente, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição clara dos serviços prestados, especificando a locação de veículos, informando se foi na modalidade mensal e/ou por frete, com ou sem motorista;
- Quantidade e tipos de veículos locados;
- Período de execução do contrato;
- Nome, CNPJ e endereço da empresa prestadora dos serviços;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome completo, cargo ou função exercida junto à emitente).

a.1) Os atestados poderão ser objeto de diligência pela Administração, nos termos do inciso I do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para verificação de sua autenticidade e veracidade.

11.15.1.2. Somente serão aceitos atestados referentes a contratos já concluídos ou que estejam em execução, desde que comprovado o prazo mínimo de 01 (um) ano de execução, salvo nos casos em que o contrato tenha sido firmado para prazo inferior, devidamente comprovado.

11.15.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica-operacional, será admitido o somatório de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão da licitante para execução do objeto licitado.

11.15.3. A licitante deverá comprovar que possui estrutura operacional compatível com a execução dos serviços, incluindo capacidade de gestão da frota, manutenção preventiva e corretiva dos veículos e atendimento às demandas da Administração.

11.15.4. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local da execução dos serviços, notas fiscais e demais documentos pertinentes.

11.15.5. Caso os serviços envolvam transporte em rodovias estaduais, referente ao lote I (veículos por frete), a licitante deverá apresentar Certidão de Registro Cadastral ou documento equivalente emitido pela AGERBA – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia, em nome da empresa licitante, em plena validade, quando aplicável.

11.15.5.1. A exigência de registro junto à AGERBA justifica-se pela necessidade de regularidade da empresa perante o órgão fiscalizador do transporte intermunicipal e rodoviário estadual, quando houver circulação de veículos nessas vias.



11.15.6. A licitante deverá comprovar a disponibilidade mínima de frota para execução dos serviços, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado de veículos a serem utilizados no contrato, por meio de:

I – Declaração formal assinada por seu representante legal;

II – Apresentação dos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV, válidos e em nome da licitante, para os veículos de frota própria declarados.

11.15.6.1. Para os demais veículos que não integrem a frota própria mínima exigida, a licitante deverá apresentar declaração de que dispõe de meios para sua disponibilização, seja por meio de locação, arrendamento ou contrato de parceria, comprometendo-se a apresentá-los antes da assinatura do contrato, se vencedora.

11.15.6.2. O percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da frota própria foi estabelecido com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, visando assegurar que a futura contratada possua capacidade operacional imediata para iniciar a execução dos serviços, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

11.15.7. A licitante deverá apresentar declaração de que os veículos disponibilizados para a execução dos serviços atenderão integralmente às exigências do Termo de Referência, quanto a:

- Ano de fabricação;
- Condições de conservação e segurança;
- Regularidade documental;
- Seguro obrigatório e demais exigências legais;
- Manutenção preventiva e corretiva sob sua responsabilidade, quando aplicável.

11.16. Informações Complementares:

11.16.1. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.

11.16.2. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

11.16.3. As empresas participantes devem anexar no Sistema de Pregão Eletrônico todos os documentos solicitados neste edital e os documentos solicitados na aba de documentos do Sistema de Pregão Eletrônico.

11.16.4. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

11.16.4. Todos os documentos exigidos no Edital e na Plataforma do Pregão eletrônico também fazem parte da documentação necessária para habilitação da licitante vencedora da fase de disputa. Todos os documentos exigidos devem ser anexados na Plataforma do Pregão Eletrônico.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A futura Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.



13. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

14.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da seguinte dotação orçamentaria:

Secretaria	Unidades	Atividades	Elementos de Despesas	Fontes
Administração	0505	2009	3.3.90.39	1500/1720
Gabinete do Prefeito	0202	2005	3.3.90.39	1500/1720
Saúde	0808	2031/2039/2040	3.3.90.39	1500/1600
Educação e Esporte	1117	2017/2018	3.3.90.39	1500/1569/1541/1550
Social	0909	2070/2074	3.3.90.39	1500/1660/1661
Infraestrutura	1011	2046	3.3.90.39	1500/1720
Serviços Públicos	1116	2091	3.3.90.39	1500
Cultura e Turismo	1115	2090	3.3.90.39	1500/1720

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.



15.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

15.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

15.2.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste termo;

15.2.3. não celebrar a Ata de Registro de Preço, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.5. fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

15.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

15.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa compensatória.

SANÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA:

15.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
15.2.1. 15.2.2.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
15.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação



15.2.4.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação
15.2.5.	
15.2.6.	
15.2.7.	
15.2.8.	

15.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Ouriçangas/BA, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR:

15.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.2.1, 20.2.2 e 20.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Ouriçangas /BA, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte graduação:

Infração (Subitens)	Pena
15.2.1.	impedimento pelo período de até três meses.
15.2.2. 15.2.3.	impedimento pelo período de até quatro meses

SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR:

15.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.2.4, 20.2.5, 20.2.6, 20.2.7 e 20.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte graduação:

Infração (Subitens)	Pena
15.2.4. 15.2.7.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
15.2.5. 15.2.6. 15.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

15.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 20.6 deste Termo de Referência nas infrações administrativas previstas nos itens 20.2.1, 20.2.2 e 20.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

15.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.



15.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Para a presente contratação não será exigida garantia contratual.

17. OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

17.1. Com o objetivo de assegurar clareza na formação dos preços, permitir a verificação da viabilidade das propostas apresentadas e garantir sua compatibilidade com os custos estimados pela Administração, será exigida a entrega da Planilha de Composição de Custos exclusivamente pelo licitante que estiver, de forma provisória, classificado em primeiro lugar após o encerramento da etapa de lances ou análise das propostas.

17.2. A mencionada Planilha de Composição de Custos (PCC) deverá conter um detalhamento completo e preciso dos elementos que constituem o valor total ofertado, incluindo obrigatoriamente:

17.2.1 A identificação pormenorizada de todos os materiais, serviços e insumos utilizados na execução do objeto contratado;

17.2.2 As quantidades previstas e as unidades de medida correspondentes de cada componente da proposta;

17.2.3. Os custos unitários dos insumos e serviços, acompanhados de fundamentação baseada em tabelas de referência oficiais ou valores praticados no mercado;

17.2.4. A discriminação dos custos indiretos, tributos incidentes, encargos trabalhistas, bem como o percentual relativo à margem de lucro.

17.3. A exigência da planilha tem como finalidade permitir à Administração uma análise rigorosa e fundamentada da economicidade e exequibilidade da proposta, de forma acessória a proposta de preço, em conformidade com os princípios de transparência e do melhor interesse público.

17.4. Caso a planilha não seja apresentada, ou seja, entregue de forma insuficiente ou incompatível, poderá ocorrer a exclusão da proposta do processo licitatório, conforme determina o artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deve desclassificar propostas que apresentem vícios irreparáveis; que não estejam em conformidade com as especificações técnicas detalhadas no edital; que tragam preços inexequíveis ou superiores ao valor estimado para a contratação; que não tenham sua exequibilidade devidamente comprovada, quando assim exigido; ou ainda que estejam em desacordo com outras exigências do edital que não possam ser sanadas.

17.6. Destaca-se que, conforme o § 1º do referido artigo, a análise quanto ao atendimento desses requisitos pode ser direcionada exclusivamente à proposta mais bem classificada, sendo possível, inclusive, a solicitação de diligências ou comprovações adicionais para verificar a viabilidade dos preços ofertados.



17.7. Dessa forma, a exigência de apresentação da Planilha de Composição de Custos apenas pelo primeiro colocado, para análise de sua conformidade e exequibilidade, está devidamente fundamentada na legislação vigente e visa garantir propostas idôneas, transparentes e compatíveis com o interesse público.

17.8. Ressalta-se, ainda, que a exigência de apresentação da Planilha de Composição de Custos e Preços Unitários encontra respaldo no artigo 59, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe: "A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo."

17.9. Dessa maneira, a Administração possui a prerrogativa legal de solicitar esclarecimentos, documentos adicionais ou quaisquer elementos necessários para avaliar, de forma precisa, a viabilidade das propostas apresentadas, especialmente quanto à sua adequação financeira e técnica.

17.10. Neste contexto, a planilha detalhada de composição de custos torna-se um instrumento fundamental não apenas para aferir a compatibilidade com a estimativa orçamentária, mas também para respaldar eventuais diligências realizadas pela Administração. Isso reforça a transparência, a segurança jurídica e a isonomia do certame. Assim, qualquer dúvida quanto à exequibilidade do valor ofertado poderá ser devidamente esclarecida com base nas informações detalhadas na planilha, em estrita observância à legislação vigente.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário, com dolo ou culpa, que:

18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.1. dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.4.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.4.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.4.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.1.4.4. deixar de apresentar amostra;

18.1.4.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

18.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



18.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na cláusula 15 supramencionada, garantindo a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, com fulcro na lei nº 14.133 de 2021, as seguintes sanções:

18.3.2. advertência;

18.3.3. multa;

18.3.4. impedimento de licitar e contratar;

18.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.4.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.4.3. as peculiaridades do caso concreto;

18.4.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.4.5. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.4.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. A sanção prevista na cláusula 15.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 15.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.6. A sanção prevista na cláusula 15.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 15 deste edital.

18.7. A sanção prevista na cláusula 15.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6 e 15.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. A sanção prevista na cláusula 15.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 15.1.8, 15.1.9, 15.1.10, 15.1.11 e 15.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6 e 15.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 18.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar



no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. As sanções previstas nas cláusulas 15.3.1, 15.3.3 e 15.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 15.3.2.

18.10. A aplicação da sanção prevista na cláusula 15.3.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

18.11. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.4, 15.1.4 e 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

18.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Diário Oficial do Município.

18.17. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



18.22. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.2. Em observância ao que estabelece o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 023/2024 e a Instrução Normativa nº 65/2021 SLTI/MPOG de 07/07/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informamos que essa Secretaria priorizou a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente e consta toda a justificativa no Mapa Comparativo de Preços, anexo a este termo.

19.3. Para fins de julgamento objetivo, serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexecutáveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59 da Lei 14.133/21), para tanto, será adotado como parâmetro o Decreto Municipal Nº 165, de 17 de junho de 2025, publicado no Diário Oficial do Município, em 18 de Junho de 2025, Ano XVI, Nº 1975, disponível no link: https://diof.io.org.br/api/diario-oficial/download/2025_06_181975005711.pdf.

19.4. Não é permitida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;

19.5. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos de acordo com o que dispõe as legislações que versem sobre o assunto referente a licitações.

19.6. O Setor Responsável pela cotação de preço foi o Setor de Compras deste Município.

Ouriçangas/BA, 09 de fevereiro de 2026.

KATHARINE ESTRELA CERQUEIRA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Aprovo este Termo de Referência.
Ouriçangas-Ba, 09 de fevereiro de 2026.

JOANA SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Administração



Apêndice I do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade assegurar a disponibilização de veículos adequados para atender às demandas operacionais e administrativas da Prefeitura Municipal de Ouriçangas/BA, por meio da prestação de serviços de locação de veículos, nas modalidades mensal e por frete.

A Administração Municipal enfrenta limitações significativas em relação à frota própria, que se apresenta insuficiente e inadequada em quantidade e diversidade para suprir, de forma contínua e eficiente, as necessidades de deslocamento inerentes às atividades institucionais. Essa condição compromete a execução regular dos serviços públicos e o atendimento à população.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada em locação de veículos configura-se como necessidade pública essencial e inadiável, garantindo mobilidade institucional, continuidade dos serviços administrativos e operacionais, e adequada gestão logística da Administração Pública Municipal, em consonância com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Ouriçangas/BA, constando no planejamento interno das Secretarias Municipais requisitantes, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021. Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta e consolida a demanda administrativa para a formalização do futuro processo licitatório.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada deverá atender aos critérios legais e técnicos necessários para garantir a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços públicos, assegurando a disponibilização de veículos em quantidade, diversidade e condições adequadas ao atendimento das necessidades da Administração Municipal.

A licitante deverá comprovar capacidade técnica e operacional para a prestação dos serviços de locação de veículos, disponibilizando veículos em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, seguros e em conformidade com as normas de segurança e legislação de trânsito vigente. Quando aplicável, deverá disponibilizar motoristas devidamente habilitados e qualificados.

A empresa contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, substituição imediata em caso de falhas mecânicas, cobertura securitária, documentação regular, bem como demais encargos operacionais necessários à plena execução dos serviços, sem ônus adicional para a Administração.

O inadimplemento de quaisquer cláusulas contratuais poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

A contratação deverá observar os princípios da economicidade, eficiência e transparência, sendo realizada por meio de procedimento licitatório adequado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



As quantidades de veículos foram estimadas com base no histórico de consumo das secretarias e nas demandas das execuções de serviços.

Uma estimativa preliminar de alguns dos principais itens a serem contratados:

LOTE I – VEICULOS POR FRETE

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	UND	QUANT
01	Veículo do tipo Popular 1.0, com capacidade para 05 pessoas	Km	26.470
02	Veículo Caminhão, com Baú, 02 eixos, com capacidade para no mínimo 06 (seis) toneladas	Km	720
03	Locação veículo tipo micro-ônibus com capacidade para 30 passageiros, equipado com ar condicionado, motor no mínimo 3.8/150cv com acessibilidade a todos os passageiros, principalmente idosos e aqueles com deficiências físicas, capacidade de carga em operação mínima de 2500n. com espaço para acomodar cadeiras de rodas. equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo detran.	Km	2.000
04	Veículo do tipo Van, capacidade mínima de 16 lugares	Km	4.610
05	Veículo do tipo Ônibus de Turismo, com capacidade igual ou superior a 50 lugares, com ar condicionado e banheiro	Km	2.305
06	Veículo do tipo Motocicleta, 124 a 149 C	Km	450
07	Prestação de serviços com caminhão guincho, para remoção da frota de veículos do município, com operador e combustível.	Km	2.000

LOTE II – VEICULOS MENSAL

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT
1	Locação de veículo utilitário tipo suv, motor mín 1.4, potência mín de 98cv, capacidade para 5 pessoas, gasolina e/ou álcool, ar-condicionado, direção elétrica ou hidráulica, acessórios de segurança obrigatórios, tração 4x2. sem motorista. ano a partir de 2021.	UND/MÊS	1
2	Caminhão com capacidade de 4.000 kg, 4x2, duas portas laterais, carroceria de madeira, capacidade para 3 pessoas, motor diesel, câmbio manual, direção hidráulica. com motorista.	UND/MÊS	1
3	Locação de veículo do tipo hatch, motor mín 1.0, potência mín 68 cv, 4 portas, capacidade para 5 pessoas, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado, acessórios de segurança obrigatórios, sem motorista. ano a partir de 2022.	UND/MÊS	6
4	Locação de veículo do tipo sedan, motor mín 1.6, capacidade para 5 pessoas, ar condicionado, direção elétrica ou hidráulica,	UND/MÊS	1



	acessórios de segurança obrigatórios, com motorista. ano a partir de 2020.		
5	Locação de veículo do tipo pick up utilitário, com carroceria, 2 portas, capacidade para 2 passageiros, motor mín. 1.6, gasolina e/ou álcool, direção elétrica ou hidráulica, capacidade carga útil mín 600kg, acessórios de segurança obrigatórios. sem motorista. ano a partir de 2020.	UND/MÊS	4
6	Locação veículo tipo mini van, capacidade para 7 passageiros, equipado com ar condicionado motor no mínimo 1.8/120cv, porta-malas mínimo: 650 litros (com todos os bancos em uso), com os acessórios de segurança obrigatórios. com motorista. ano a partir de 2020.	UND/MÊS	1
7	Locação de veículo do tipo van, com motorista, capacidade para 15 passageiros, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, vidros e travas elétricas, acessórios obrigatórios. ano a partir de 2020.	UND/MÊS	1
9	Locação de motocicleta, mín 150 cc, gasolina e/ou álcool, em perfeito estado de conservação e funcionamento. com condutor. ano a partir de 2020.	UND/MÊS	2

Os cálculos das quantidades foram baseados na demanda projetada para os próximos meses, considerando a execução simultânea dos diversos serviços do município.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme disposto no inciso V, §1º, do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para atendimento da demanda da Administração, bem como fundamentar a escolha da solução mais adequada ao interesse público.

A pesquisa realizada junto a fornecedores do ramo evidenciou a existência de diferentes modelos de contratação para locação de veículos, tais como:

- Contratação mensal ou diária;
- Prestação de serviço com ou sem motorista;
- Contratação por quilometragem rodada;
- Disponibilização de veículos com ou sem cobertura securitária.

Essas alternativas permitem à Administração selecionar a forma de contratação mais vantajosa, de acordo com as necessidades operacionais e a disponibilidade orçamentária.

Diante do exposto, conclui-se que a solução mais adequada consiste na realização de um único procedimento licitatório, preferencialmente por Pregão Eletrônico, com divisão em lotes, de modo a contemplar as diversas modalidades de contratação identificadas no levantamento de mercado, incluindo a locação de veículos com e sem motorista, por diária ou mensal, bem como por quilometragem rodada, ficando os encargos operacionais, inclusive a cobertura securitária dos veículos, sob responsabilidade da empresa contratada. Tal modelagem permite atender de forma integrada às diferentes necessidades da Administração, assegurando ampla competitividade, economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos.



6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço foi elaborada com base em pesquisas realizadas junto a fornecedores do ramo, contratos anteriores firmados por esta Administração e valores atualmente praticados no mercado. Os preços foram ajustados considerando a média de mercado, bem como possíveis variações decorrentes da inflação e dos custos operacionais inerentes à prestação dos serviços.

Foram levados em consideração os valores praticados para a prestação dos serviços de locação de veículos nas modalidades mensal e por frete, observando as condições de pagamento e os prazos ofertados pelas empresas especializadas.

Dessa forma, com base em contratações anteriores e em contratações similares realizadas por entes públicos, estima-se que o valor global da contratação seja de R\$ 6.000.000,000 (seis milhões), pelo período de 12 meses, podendo sofrer ajustes conforme a definição final do quantitativo de veículos e rotas a serem atendidas.

A estimativa de preços preliminar visa garantir uma contratação vantajosa para a Administração Municipal, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e boa gestão dos recursos públicos.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, nas modalidades mensal e por frete, garantindo a disponibilização contínua e sob demanda de veículos adequados às necessidades da Prefeitura Municipal.

A contratada será responsável por todos os encargos operacionais relacionados à execução dos serviços, assegurando regularidade, segurança, substituição imediata em caso de falhas e atendimento integral às demandas institucionais.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando a diversidade de veículos e modalidades de prestação dos serviços envolvidos, o parcelamento da contratação permite a divisão por tipos de veículos ou por modalidades de locação, possibilitando que os serviços sejam licitados ou adjudicados separadamente.

Tal estratégia tem como finalidade ampliar a competitividade entre empresas especializadas em cada segmento da locação de veículos, permitindo a participação de empresas de diferentes portes, o que favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Além disso, o parcelamento promove maior economicidade, racionalização dos gastos públicos e observância aos princípios da eficiência e vantajosidade que regem a Administração Pública.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos serviços de locação de veículos, nas modalidades mensal e por frete, tem como objetivo principal garantir a mobilidade institucional e a continuidade das atividades administrativas e operacionais da Prefeitura Municipal de Ouriçangas.

A adoção dessa medida visa alcançar os seguintes resultados concretos:

Garantia da Continuidade dos Serviços Públicos: a disponibilização contínua e sob demanda de veículos assegura o pleno funcionamento das atividades institucionais, evitando atrasos ou interrupções na execução dos serviços públicos essenciais.

Maior Eficiência Operacional: a contratação planejada permite atendimento ágil às demandas permanentes e eventuais de deslocamento, otimizando a logística administrativa e operacional das Secretarias Municipais.

Redução de Custos Administrativos: a locação de veículos elimina a necessidade de investimentos elevados na aquisição de frota própria e reduz despesas permanentes com manutenção, depreciação e gestão de ativos.

Flexibilidade no Atendimento das Demandas: a combinação das modalidades mensal e por frete possibilita ajuste imediato à variação das necessidades de transporte, garantindo maior capacidade de resposta da Administração Pública.

Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados à População: com mobilidade garantida, as equipes municipais podem atuar com maior regularidade, alcance e eficiência no atendimento das demandas da comunidade.

Esses resultados estão alinhados às boas práticas da Administração Pública, promovendo uma gestão eficiente, racional e sustentável dos recursos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da formalização do contrato para a prestação dos serviços de locação de veículos, nas modalidades mensal e por frete, a Administração deverá adotar uma série de providências para garantir a correta execução contratual e a máxima eficiência na gestão dos recursos públicos.

Dentre as principais ações a serem realizadas, destacam-se:

Levantamento das Necessidades de Transporte: realizar diagnóstico detalhado das demandas de deslocamento das Secretarias Municipais, definindo quantitativos, tipos de veículos e modalidades de locação necessárias ao atendimento das atividades institucionais.

Definição dos Critérios Técnicos e Operacionais: estabelecer as especificações dos veículos a serem disponibilizados, requisitos de segurança, documentação, seguros e, quando aplicável, exigências relativas à disponibilização de motoristas habilitados.

Elaboração do Termo de Referência: estruturar o documento técnico com a descrição detalhada do objeto, obrigações da contratada e da contratante, critérios de medição dos serviços e condições de execução contratual.

Pesquisa de Preços de Mercado: realizar levantamento de preços junto a empresas do setor para definição do valor estimado da contratação.

Verificação de Disponibilidade Orçamentária: assegurar a existência de dotação orçamentária suficiente para cobertura das despesas decorrentes da contratação.

Com essas providências, a Administração garante que o contrato seja executado de forma eficiente, transparente e alinhada às necessidades do Município, evitando falhas na execução e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.



11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A contratação dos serviços de locação de veículos deverá estar alinhada aos demais instrumentos contratuais vigentes no âmbito da Administração Municipal que envolvam atividades de transporte, logística e suporte operacional, tais como serviços de manutenção de frota, abastecimento de veículos, controle de combustível, gestão de deslocamentos e apoio às unidades administrativas e operacionais.

Esse alinhamento visa assegurar a integração da gestão da mobilidade institucional, a racionalização do uso dos recursos públicos, o adequado planejamento das demandas de transporte e a continuidade dos serviços prestados à população.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A prestação dos serviços de locação de veículos envolve impactos ambientais relacionados principalmente ao uso contínuo de veículos automotores, tais como emissão de gases poluentes, consumo de combustíveis e geração de resíduos decorrentes da operação veicular.

Nesse contexto, a contratação deverá contemplar exigências para que os veículos disponibilizados estejam em boas condições de funcionamento, devidamente revisados e em conformidade com as normas ambientais e de segurança vigentes, de modo a reduzir a emissão excessiva de poluentes e minimizar impactos ao meio ambiente.

A adoção dessas medidas contribui para a promoção de práticas sustentáveis na Administração Pública e para o cumprimento das diretrizes ambientais aplicáveis.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços de locação de veículos, nas modalidades mensal e por frete, mostra-se viável do ponto de vista técnico, econômico e operacional, assegurando o atendimento pleno das necessidades de deslocamento da Administração Municipal.

A adoção dessa solução garante mobilidade institucional contínua, maior eficiência na execução das atividades administrativas e operacionais e a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população, sem a necessidade de investimentos elevados na aquisição de frota própria.

Dessa forma, a contratação apresenta-se como alternativa adequada e vantajosa para a Administração Pública, promovendo a boa gestão dos recursos e a melhoria na qualidade dos serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Ouriçangas-BA, 06 de fevereiro de 2026.

Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
Ouriçangas/Ba, 06 de fevereiro de 2026

KATHARINE ESTRELA CERQUEIRA
Auxiliar Administrativo

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar
Ouriçangas/Ba, 06 de fevereiro de 2025

JOANA SOUZA PEREIRA
Secretária de Administração



ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO Nº. XXX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURIÇANGAS, E A EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE OURIÇANGAS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.648.043/0001-20, com sede na Praça Santo Antônio s/n, Ouriçangas-Ba, neste ato representado por seu Prefeito o Senhor Sr. **Ronivaldo Cerqueira de Araújo**, legalmente investido e no exercício pleno do mandato, portador do CPF. Nº 000.890.535-59, e do RG Nº. 973.322.675-SSP-BA, residente e domiciliado na Rua Lúcio Palmeira da Silva, 16, Centro – CEP 48150-000, Ouriçangas-Ba, em conjunto com o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 30.007.503/0001-50, situada na Praça Santo Antônio, s/nº, Ouriçangas-Ba, neste ato representada pela Secretária Municipal a Sra. **Jailda Diogo Ribeiro Dantas**, legalmente investido e no exercício pleno do mandato, residente e domiciliada na Fazenda Coqueiro, s/nº, Zona Rural, cidade de Ouriçangas – Bahia, portadora da cédula de identidade nº 808.351.183-04/SSP-BA e do CPF nº 987.647.645-91, em conjunto com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Santo Antônio s/n, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.837.791/0001-50, neste ato representado pelo seu Secretário, Sr. **Raimirando Nogueira Barbosa**, legalmente investido e no exercício pleno do mandato sob o Decreto nº 003/2021, residente e domiciliado na Praça Santo Antônio, nº 194, cidade de Ouriçangas – Bahia, portador da cédula de identidade nº 02.016.839-03/SSP-BA e do CPF nº 131.282.725-49 e em conjunto com o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 13.931.929/0001-86, situada na Praça Santo Antônio, s/n Centro, nesta cidade de Ouriçangas, Estado da Bahia neste ato representado por seu Secretário Municipal, o Sr. **Adalton Ferreira de Aquino**, portador do CPF. nº. 389.895.225-87, e do RG nº. 02.270.689-55/SSP-BA, residente e domiciliado na Rua Osório Sales, Nº 44, Centro, Ouriçangas-Ba, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 023/2024.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (ART. 92, IV)

3.1. Os serviços serão executados de forma contínua, conforme descrito no Termo de Referência.



3.2. A execução será efetuada após emissão da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria de demandante.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (xxxxxxx) meses contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E REAJUSTE

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. As regras de reajuste são aquelas constantes no Contrato.

5.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

5.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 15 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da prestação do serviço correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTES
XXX	XXX	XXX	XXX

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



9.1. As obrigações do Contratante são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da contratante são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1. Art. 96 da Lei 14.133. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.2. A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido, com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios



digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

15.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

15.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

15.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Ouriçangas, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

15.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município de Ouriçangas estará exposto.

15.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do Município de Ouriçangas e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

15.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Município de Ouriçangas, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

15.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao Município de Ouriçangas, mediante solicitação.

15.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Município de Ouriçangas, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

15.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

15.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

15.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município de Ouriçangas a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

15.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.



15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Município de Ouriçangas e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

15.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município de Ouriçangas para as finalidades pretendidas neste contrato.

15.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município de Ouriçangas.

15.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Os contratantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato a métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de Ouriçangas.

17.1.1. Não logrando êxito a conciliação, fica eleito o foro da Comarca de Irará, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouriçangas, xx de xxxxxxx de 2026.

MUNICÍPIO DE OURIÇANGAS
Ronivaldo Cerqueira de Araújo

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Jailda Diogo Ribeiro Dantas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Raimirando Nogueira Barbosa

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Adalton Ferreira de Aquino

Representante legal do CONTRATADO



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Ouriçangas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

Objeto:

Abertura:

Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha abaixo, para o fornecimento dos serviços do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1		Serviço				
VALOR GLOBAL/TOTAL/LOTE/ITEM:						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO						
Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para prestação serviço do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.						
Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026.						

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) prazo de validade da proposta:..... (.....) dias;

b) prazo para prestação de serviços: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer o bem licitado pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____ (_____).

Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: _____;

b) CNPJ Nº: _____;

c) Endereço Completo: _____;

d) Fone: _____;

e) Fax (se houver): _____;

f) E-mail: _____;

g) Dados Bancário/Agência/Banco: _____.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

A

Prefeitura Municipal de Ouriçangas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador
(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Ouriçangas ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Ouriçangas ou responsável pela licitação;

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A

Prefeitura Municipal de Ouriçangas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

A (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em (endereço completo), por meio de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas da lei, que atende a todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital relativo ao Processo Licitatório em epígrafe, em conformidade com o disposto no artigo 72 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Ademais, compromete-se a apresentar toda a documentação comprobatória sempre que solicitado pela Administração, no prazo estipulado no edital ou conforme as disposições legais pertinentes.

Declaro ainda que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras e que tenho ciência de que a falsidade na declaração implicará na aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A

Prefeitura Municipal de Ouriçangas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE

A

Prefeitura Municipal de Ouriçangas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

A empresa (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, na forma e sob as penas impostas pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

A

Prefeitura Municipal de Ouriçangas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

_____, (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

() COOPERATIVA, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa.



ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A

Prefeitura Municipal de Ouriçangas

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

_____, (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

1. a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.
7. que o licitante não seja cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A
Prefeitura Municipal de Ouriçangas
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

Declaramos para os devidos fins:

DADOS DA EMPRESA			
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço da Empresa:			Nº:
Bairro:	Cidade:		Estado:
Telefone / Fax:		E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE PARA A ASSINATURA DE CONTRATO			
Nome:			
Cargo:	RG:	CPF:	
Endereço do Representante Legal:			Nº:
Bairro:	Cidade:		Estado:
Telefone / Fax:		E-mail:	

DADOS DA CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO		
Banco:	Agência:	Conta:

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do Representante Legal da Empresa